

LIRAA registra o menor índice de 2025 para infestação pelo mosquito Aedes Aegypti

DIVULGAÇÃO PMP

O trabalho contínuo da Prefeitura de Petrópolis e a conscientização da população no combate ao mosquito transmissor da Dengue, Zika e Chikungunya geraram um resultado bastante positivo para o município. O quarto Levantamento Rápido de Infestação por Aedes Aegypti e Aedes Albopictus (LIRAA) de 2025, divulgado nessa quinta-feira (13), foi o menor registrado no ano, com apenas 0,11% — número considerado satisfatório, já que o Ministério da Saúde (MS) preconiza que sejam inferiores a 1% para serem considerados de baixo risco de infestação do mosquito.

Entre os dias três e seis de novembro, equipes da Coordenadoria de Vigilância Ambiental da Secretaria de Saúde visitaram 7.908 imóveis em diversas regiões da cidade. Mas apenas 15 residências apresentaram focos

do mosquito em oito localidades: Cascatinha, Carangola, Duchas, Centro, Itaipava, Vila Rica, Secretário e Posse. Ao longo do ano a cidade vem mantendo índices baixos, o primeiro LIRAA de 2025 registrou um índice de 0,52%, o segundo levantamento foi de 0,73% e o terceiro teve um índice de 0,13%.

“Esse resultado é fruto de um esforço coletivo e de uma vigilância constante. A população também tem papel fundamental, mantendo os quintais e recipientes livres de água parada”, destacou a coordenadora de Vigilância Ambiental, Simone Sisanado.

Os agentes de Combate às Endemias (ACE) mantêm um cronograma contínuo de visitas na cidade com orientação aos moradores, eliminação de criadouros e tratamento químico quando necessário.



NÚMERO É considerado satisfatório já que o Ministério da Saúde preconiza que sejam inferiores a 1% para baixo risco

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 14/11/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

EDITAL DIV. Nº 49/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis, de acordo com o Processo Adm. Nº 1185/2025 e conforme estabelecida pela Resolução nº 88/2016, COMUNICA que será realizada a Audiência Pública, no dia 24 de novembro de 2025, às 19:00h, no Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, a fim de abordar assuntos sobre a ENEL.

Informamos ainda que a mesma será transmitida, em tempo real, através do canal TV Câmara Municipal de Petrópolis no Youtube ou pela Speed Fiber nos canais: Digital 23.2 e analógico 98.

Petrópolis, 13 de novembro de 2025.
Júnior Coruja
Presidente

ATO ME LEG 002/2025

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:
Art. 1º- Constituir, de acordo com o que estabelece o Art. 38, §3º da Resolução nº 125 de 14 de dezembro de 2012 (Regimento Interno da CMP), uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar:

I) fatos relacionados a suspeita de irregularidades na colocação de tubulação para a coleta de esgoto no leito dos rios do município de Petrópolis pela Concessionária Águas do Imperador S.A., em área que historicamente sofre com enchentes e alagamentos durante o período de chuvas intensas, especialmente no verão.

II) se houve a autorização dos órgãos ambientais – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria de Proteção e Defesa Civil e Instituto Estadual do Ambiente – INEA;

III) se houve consulta e autorização do Instituto Estadual de Patrimônio Cultural – INEPAC e Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;

IV) Investigar se foi apresentado projeto de instalação da referida tubulação a Prefeitura de Petrópolis;

V) se a colocação da referida tubulação está em consonância com o projeto aprovado pelo Governo Federal no âmbito do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, destinado especificamente a contenção de cheias no Rio Quitandinha, aprovado no ano de 2024;

VI) se a colocação da tubulação e implementação de separador absoluto irá contemplar a coleta de esgoto em toda o município;

VII) se a coleta de esgoto tem atendido as condicionantes ambientais e aos critérios contratuais;

VIII) se a coleta de esgoto tem ocorrido de modo uniforme em todas as Estações de Tratamento de Esgoto;

IX) se as condicionantes para obtenção das licenças operacionais (LO) das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) Itaipava e Independência estão sendo atingidas nos prazos estipulados para as mesmas, bem como se o poder público tem realizado a fiscalização.
Art. 2º - Esta CPI, que foi formulada através do Requerimento CMP nº 8911/2025, lido este em 01 de outubro de 2025, tem prazo de duração de 90 (noventa) dias a partir de sua publicação, e foi designada em Plenário na Sessão do dia 08/10/2025, com os seguintes Vereadores: Vereadora Professora Lívia (PCdoB) – Presidente
Vereador Léo França (PSB) – Vice-Presidente
Vereador Júnior Paixão (PSDB) – Relator
Art. 3º - O presente Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Mesa da Câmara Municipal de Petrópolis, em 13 de novembro de 2025.

Júnior Coruja
Presidente

Marquinhos Almeida
1º Vice-Presidente

Octavio Sampaio
2º Vice-Presidente

Thiago Damaceno
1º Secretário

Profª Lívia
2º Secretário

ATO ME ADM 153/2025

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder, de acordo com os

despachos constantes do processo CMP ADM 1249/2025, com base no artigo 149 da Lei 6.946/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Petrópolis), 30 (trinta) dias de licença-paternidade ao servidor Raphael Minelli Cruz, ocupante do cargo em comissão de Assistente de Apoio às Comissões, símbolo CC-4, matrícula nº 1921.048/25.

Art. 2º - O presente ATO entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de novembro de 2025. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Petrópolis, em 13 de novembro de 2025.

Júnior Coruja
Presidente

Marquinhos Almeida
1º Vice-Presidente

Octavio Sampaio
2º Vice-Presidente

Thiago Damaceno
1º Secretário

Profª Lívia
2º Secretário

ATA DA 40ª SESSÃO DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificada o quórum e havendo número legal, às quinze horas e doze minutos o Presidente, o Vereador Júnior Coruja declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Thiago Damaceno que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Realizada a leitura da ata anterior, esta resta aprovada. **EXPEDIENTE:** GP Veto nº: 583/2025 CMP (9904/2025); GP Diversos nº: 736/2025 CMP (9842/2025); GP Diversos nº: 9914/2025; GP Diversos nº: 748/2025 CMP (9923/2025); GP Diversos nº: 739/2025 CMP (9924/2025); Projeto de Lei nº: 8148/2025 do Vereador Gil Magno; Projeto de Lei nº: 8477/2025 do Vereador Carlos Alberto e do Vereador Wesley Barreto; Projeto de Lei nº: 9926/2025 da Vereadora Professora Lívia; Projeto de Lei nº: 9930/2025 do Vereador Wesley Barreto; Projeto de Lei nº: 9935/2025 do Vereador Dr. Aloísio; Projeto de Resolução nº: 8546/2025 do Vereador Wesley Barreto; Projeto de Resolução nº: 9870 e 9936/2025 do Vereador Léo França; Projeto de Resolução nº: 9872 e 9938/2025 do Vereador Gil Magno; Projeto de Resolução nº: 9877/2025 do Vereador Júnior Paixão; Projeto de Resolução nº: 9881/2025 do Vereador Dr. Aloísio; Projeto de Resolução nº: 9905/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Projeto de Resolução nº: 9906/2025 da Vereadora Professora Lívia; Requerimento de Inclusão nº: 9925, 9927, 9928 e 9929/2025 do Vereador Léo França; Indicação Legislativa nº: 9615/2025 do Vereador Thiago Damaceno e do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação Legislativa nº: 9913/2025 do Vereador Dudu; Terminada a leitura do Expediente o Vereador Thiago Damaceno solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores, o Senhor Presidente, passou então à **ORDEM DO DIA:** Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 2234/2025 do Vereador Júnior Paixão; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, da Vereadora Julia Casamasso, do Vereador Léo França, do Vereador Octávio Sampaio e da Vereadora Professora Lívia; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 4624/2025 da Vereadora Professora Lívia; o Projeto foi aprovado com 14 votos; Registre-se a ausência do Vereador Thiago Leite; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 5270/2025 do Vereador Gil Magno; o Projeto foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Octávio Sampaio e do Vereador Thiago Leite; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3810/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; o Projeto foi aprovado com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu e do Vereador Thiago Leite; Colocado em discussão e votação única a Indicação Legislativa nº: 2/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; a Indicação foi aprovada com 14 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu; Colocado em discussão e votação única a Indicação Legislativa nº: 8317/2025 do Vereador Carlos Alberto; a Indicação foi aprovada com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Júlia Casamasso, do

Vereador Júnior Paixão e do Vereador Léo França; Colocado em discussão e votação única as Indicações nº: 1600, 1601, 1604, 3846, 3915, 3917, 4289, 4329, 4331, 5687, 5689, 5690, 6227, 6228, 7869, 7871, 7873, 8204, 8205, 8212, 9614, 9618, 9620, 9621, 9654, 9720, 9770, 9829 e 9868/2025; as Indicações foram aprovadas com 15 votos; Terminada a **ORDEM DO DIA e NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezessete horas e treze minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá em seguida. Escrevo, atesto e assino para fazer constar. Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.
Vinicius Martins

ATA DA 41ª SESSÃO DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificada o quórum e havendo número legal, às dezessete horas e quatorze minutos o Presidente, o Vereador Júnior Coruja declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Thiago Damaceno que realizasse a leitura do expediente. **EXPEDIENTE:** Indicação nº: 9890, 9894, 9895, 9900, 9910 e 9937/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Indicação nº: 9896, 9897 e 9901/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 9898 e 9902/2025 do Vereador Júnior Paixão; Indicação nº: 9908, 9909, 9916 e 9917/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 9911/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 9915/2025 do Vereador Thiago Leite; Indicação nº: 9918 e 9922/2025 do Vereador Dr. Aloísio; Indicação nº: 9921/2025 do Vereador Dudu; Indicação nº: 9932 a 9934/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Terminada a leitura do Expediente o Vereador Thiago Damaceno solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores, o Senhor Presidente, passou então à **ORDEM DO DIA:** Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 1690/2025 do Vereador Léo França; o Projeto foi aprovado com 15 votos; Colocado em discussão e votação a Emenda Modificativa nº: 2473/2025 da Vereadora Julia Casamasso; a Emenda foi aprovada com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Júnior Paixão e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 4077/2025 do Vereador Júnior Coruja; o Projeto foi aprovado com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Júnior Paixão e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 6463/2025 do Vereador Gil Magno; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Octávio Sampaio e do Vereador Thiago Leite; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 1414/2025 do Vereador Gil Magno; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Octávio Sampaio e do Vereador Thiago Leite; Registre-se que o Vereador Gil Magno absteve-se de votar; Colocado em discussão e votação única a Indicação Legislativa nº: 1771/2025 do Vereador Wesley Barreto; a Indicação foi aprovada com 08 votos; Registre-se a ausência do Vereador Carlos Alberto, do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Bea-

triz, da Vereadora Julia Casamasso, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Júnior Paixão e do Vereador Octávio Sampaio; Terminada a **ORDEM DO DIA**, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim a primeira Vereadora: **1) JÚLIA CASAMASSO, PSOL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Expressou preocupação com a situação enfrentada pela população de Petrópolis, especialmente diante dos constantes atrasos de pagamento que afetam diversos trabalhadores vinculados ao município. Destacou que funcionários da empresa terceirizada da Educação (Capital), do SEHAC, do Hospital Alcides Carneiro, além de estagiários e contratados em regime de RPA, estão sem receber seus salários e sem qualquer previsão ou justificativa para o atraso, o que classificou como um ato de desrespeito e desumanidade. Criticou a postura do governo municipal, afirmando que a justificativa de “crise financeira” tem sido usada apenas como narrativa, sem apresentação de medidas efetivas ou de um plano estratégico que aporte soluções de médio e longo prazo. Ressaltou ainda que a cobrança mensal pelo pagamento dos servidores ultrapassa o limite da paciência e da dignidade, lembrando que o salário é um direito básico e que há incertezas quanto ao 13º salário e às férias, especialmente da área da Educação, já que, segundo informações, funcionários do Hospital Alcides Carneiro foram proibidos de sair de férias por falta de verba. Diante desse cenário, informou que protocolou um pedido de criação de uma **Comissão Especial** para acompanhar e fiscalizar as medidas do governo voltadas ao enfrentamento da crise orçamentária municipal. Mencionou os decretos nº 144, de 16 de julho, e nº 272, publicado recentemente, que apresentam ações pontuais, mas sem dados concretos sobre quanto o município realmente economizará. Questionou, por exemplo, se o corte de benefícios como trêniões e quinquênios dos servidores resultará em economia suficiente para garantir o pagamento da folha salarial. Fez um apelo aos colegas da Casa Legislativa para que aproveem a criação dessa comissão especial, reforçando que a função do Legislativo é fiscalizar o Executivo e propor soluções que contribuam para a superação da crise. Apontou que a falta de planejamento e de transparência tem agravado a situação, e que medidas estruturais são necessárias para restabelecer o equilíbrio financeiro e garantir o pagamento regular dos servidores. Durante seu discurso, enfatizou também que há ausência de medicamentos, crise na merenda escolar e insegurança quanto ao reajuste de 5% referente ao dissídio de janeiro, que ainda não foi pago. Destacou que é preciso garantir transparência e previsibilidade, incluindo um cronograma para os próximos pagamentos, o 13º salário e as férias. Por fim, relatou ter acompanhado manifestações legítimas de trabalhadores que reivindicam seus direitos, afirmando que não aceitará qualquer forma de perseguição contra quem se mobiliza. Reforçou o compromisso de continuar fiscalizando, cobrando e, se necessário, acionando a Justiça para assegurar que todos os trabalhadores recebam seus salários em dia. Encerrou sua fala afirmando que os servidores merecem respeito e dignidade, e que continuará lutando por medidas efetivas que garantam o cumprimento desses direitos básicos. Agradeceu e despediu-se. **2) LEO FRANÇA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. afirmou que pretendia utilizar o tempo do pronunciamento para tratar do levantamento realizado pelo governo municipal, a respeito das dívidas acumuladas pela Prefeitura de Petrópolis ao longo de mais de 180 anos. No entanto, como a maioria dos vereadores já havia deixado o plenário, ele decidiu adiar a apresentação detalhada do tema para o dia seguinte, considerando a relevância do assunto. Ainda assim, fez uma introdução ao debate, criticando duramente o que chamou de **“prefeito oculto”**, termo usado para se referir ao atual chefe do Executivo, a quem atribuiu a responsabilidade pela crise financeira e pela falta de transparência na administração municipal. Mencionou que o relatório enviado pelo governo ao Tribunal de Contas do Estado, em julho de 2025, tratava de um suposto “passivo oculto” referente ao ano de 2017, período em que Bernardo Rossi era o prefeito, e também de dívidas que o próprio atual gestor teria deixado em 2021, quando ainda era prefeito interino. Classificou o documento como inconsistente, afirmando que, por exem-

pio, a **Secretaria de Educação** apresentou apenas uma planilha com cerca de dez linhas, que não refletiria a real situação financeira da pasta. Em seguida, apresentou um levantamento feito por sua assessoria com base nos dados do Portal da Transparência, destacando os **gastos com cargos comissionados** entre janeiro e julho de 2025, que, segundo ele, somaram **R\$ 11 milhões**, mesmo após o decreto de calamidade financeira. Criticou o fato de o prefeito ter aumentado o próprio salário em 70% e continuar realizando nomeações, apontando que, após incluir o 13º salário, o montante comissionado chegaria a **R\$ 528 mil adicionais**. Ironizou a proposta de corte de 15% nas despesas, afirmando que a medida representaria economia inferior a **R\$ 2 milhões** — insuficiente para conter o déficit. Também voltou a criticar o cálculo do **Vale Educação**, dizendo que o benefício favorece empresários do transporte coletivo, enquanto os trabalhadores enfrentam ônibus sucatados, greves e falta de combustível. Segundo ele, o governo não demonstra coragem nem transparência para admitir erros. Apresentando números extraídos do Portal da Transparência, o parlamentar afirmou que: em **dezembro de 2024, os restos a pagar da administração** direta somavam **R\$ 6,1 milhões**; em **novembro de 2025**, o valor do passivo já alcançava **R\$ 55,2 milhões**, na **Educação**, o passivo saltou de **R\$ 3,3 milhões em 2024 para R\$ 12,7 milhões em 2025**; na **Saúde**, o valor aumentou de **R\$ 3,9 milhões (2024) para R\$ 46,4 milhões (2025)**. Criticou a postura do prefeito, afirmando que “para gastar, ele não é oculto”, e acusou o governo de má gestão dos recursos públicos, citando inclusive que parte dos pagamentos teria sido feita **sem empenho**. Mencionou também dívidas da empresa Capital Ambiental e problemas em diversos setores, como acúmulo de lixo, entulho e atrasos de pagamento a servidores e fornecedores. Elogiou a decisão judicial que determinou a **penhora de R\$ 46 milhões das contas da prefeitura**, afirmando que a medida foi necessária diante da falta de responsabilidade administrativa. Rebateu ainda a justificativa do governo de ter investido R\$ 200 milhões no Hospital Alcides Carneiro, argumentando que o dinheiro público deve ser “investido”, e não “gasto”, e que o prefeito nunca teria ido pessoalmente ao local para compreender a gravidade da situação. Encerrando o discurso, o parlamentar lamentou o cenário de crise generalizada no município, criticou a ausência do prefeito que estaria em compromissos como a **COP 30**, em Brasília e questionou qual benefício real essas viagens trouxeram para a cidade, considerando que servidores estão sem salário, há falta de medicamentos e até ambulâncias em más condições. Finalizou afirmando que apresentará no dia seguinte o relatório completo e provas de que o documento do governo é “uma farsa”. Disse que o prefeito e sua chefe de gabinete devem ser responsabilizados pela falta de transparência, e que “falar a verdade é um ato de coragem”. Segundo ele, pode-se até perder popularidade, mas **“jamais se deve perder a credibilidade”**, reafirmando o compromisso de cobrar responsabilidade e respeito com o dinheiro público. Agradeceu e despediu-se. **3) PROFESSORA LÍVIA, PCdoB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Iniciou seu pronunciamento com energia, afirmando que sua atuação na Câmara de Petrópolis tem como objetivo defender as trabalhadoras e os trabalhadores da cidade, garantir que os recursos públicos permaneçam no município e lutar para que Petrópolis tenha um futuro com perspectivas reais o que, segundo ela, não ocorre na atual gestão municipal. Destacou que frequentemente utiliza a tribuna para fazer denúncias, resultado de uma administração que venceu as eleições, mas não demonstra compromisso com a cidade. Na sua avaliação, **o que Petrópolis vive não é uma crise**, pois uma crise tem início, meio e perspectiva de solução e, na situação atual, não há perspectiva alguma. O problema teria origem na perda do repasse do **ICMS**, agravado pela falta de medidas concretas do atual governo para reverter a situação. Criticou o fato de o prefeito e o secretário de Fazenda não apresentarem até hoje um **plano de recuperação financeira**, limitando-se a decretos superficiais, como o que prevê um corte de 15% nos gastos, sem especificar de onde ou de quais serviços esses cortes seriam feitos. Questionou se isso implicaria redução no atendimento de saúde, suspensão de ambulâncias, cortes de médicos, enfermeiros e demais profissionais, ou paralisação de creches e escolas por falta de pagamento de funcio-

nários terceirizados. Classificou a gestão como um **“total desgoverno”**, afirmando que “a cidade está sem rumo, sem prefeito e sem vice-prefeito”. Durante o pronunciamento, o presidente da Câmara interveio para reforçar um ponto, mencionando o uso de um **helicóptero da Prefeitura em viagem a Búzios**, episódio que considerou um escândalo diante da alegada crise financeira. A vereadora concordou e disse ser “muita cara de pau” usar recursos públicos para esse tipo de deslocamento, enquanto servidores e fornecedores não recebem e faltam medicamentos e merenda escolar. Ressaltou que a oposição tem denunciado a situação desde o início do ano, e que é incorreto afirmar que a Câmara só agora passou a se posicionar. Segundo ela, há registros em atas, vídeos e documentos oficiais que comprovam a atuação constante dos vereadores de oposição na cobrança por soluções. Em sua fala, também destacou o empenho dos parlamentares da oposição em buscar **emendas parlamentares** junto ao governo federal, contrastando com a falta de iniciativas da gestão municipal em Brasília para captar recursos. Criticou ainda o **não aproveitamento dos fundos municipais já existentes**, citando o exemplo do **Fundo da Cultura**, que teria deixado de ser executado pelo secretário responsável, transferindo de forma indevida a responsabilidade para a sociedade civil. Reforçou que a situação tende a **piorar em 2028**, com a diminuição dos repasses de ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios, e que sem um plano para aumentar a arrecadação, Petrópolis corre o risco de afundar financeiramente. Alertou que, como a Prefeitura é a maior empregadora do município, o atraso de salários e contratos afeta toda a economia local, inclusive o comércio. Denunciou novamente o **atraso nos pagamentos** de servidores terceirizados da empresa Capital e dos contratados por RPA, além do não pagamento dos salários dos servidores efetivos no quinto dia útil, rompendo uma tradição de mais de 30 anos. Comparou o atual prefeito ao ex-prefeito Bernardo Rossi e ao governador Cláudio Castro, afirmando que ele “aprendeu com ambos, mas tem feito pior”. Em seguida, abordou os **problemas estruturais das escolas municipais**, relatando visitas recentes às unidades São João Batista e São Jorge. Contou que a escola da comunidade de São Jorge está sem aulas devido ao deslanchamento causado por fortes ventos no fim de semana, somado a infiltrações e goteiras na laje. Criticou a **ausência da Secretaria de Educação**, que não enviou equipes ao local, e disse ter entrado em contato com a COMDEP para solicitar mão de obra para o reparo emergencial. Defendeu que é dever do Executivo realizar as obras e manutenções necessárias nas escolas e desafio publicamente quando afirma que vereadores estariam financiando reformas com recursos próprios, questionando a transparência de eventuais despesas desse tipo. afirmou que cabe aos vereadores cobrar ações e não substituir o papel da Prefeitura. Encerrando sua fala, dirigiu um recado à comunidade de Independência, elogiando a mobilização local, mas reiterando que a **responsabilidade pela estrutura das escolas é do Executivo**. Disse que a suspensão das aulas por falta de manutenção é culpa direta da omissão do prefeito, e relatou que as trabalhadoras da Capital Ambiental continuam se dedicando do mesmo sem receber nem vale-transporte. Concluiu afirmando que o que Petrópolis vive é **“abandono total”**, semelhante ao que ocorreu no governo de Bernardo Rossi. Fez um apelo para que a população tenha memória nas próximas eleições, a fim de não eleger novamente gestores que abandonam suas funções após conquistar o cargo. Finalizou classificando o atual gestor como um **“prefeito oculto”**, acompanhado de um **“vice-prefeito oculto”** e uma equipe de **“secretários ocultos”**, refletindo um cenário de inércia administrativa. Encerrou agradecendo ao presidente e reafirmou que continuará cobrando que o Executivo apresente um **plano real de recuperação financeira** para reverter a grave situação vivida pela cidade que, segundo ela, “não é uma crise, é um colapso de gestão”. Agradeceu e despediu-se. Encerrada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS, e NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezoito horas e vinte minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia doze de novembro às dezesseis horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar. Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.
Vinicius Martins